



UCRÂNIA / Joe Biden, presidente dos EUA, afirma que tornará “muito difícil” para Moscou atacar o território ucraniano. Especialistas veem perigo de guerra híbrida limitada e de uso político das tensões, por parte de Putin

Sob risco de invasão

» RODRIGO CRAVEIRO

Kiev acusa Moscou de manter cerca de 115 mil soldados perto das fronteiras da Ucrânia, na Península da Crimeia anexada e em duas regiões do leste controladas por insurgentes pró-Rússia. Uma suposta iminente invasão russa colocou o mundo em alerta. Ontem, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, disse que planeja novas políticas para impedir uma tentativa do Kremlin de anexação da ex-república soviética. “O que estou fazendo é reunir o que acredito ser o conjunto de iniciativas mais abrangentes e significativos para tornar muito, muito difícil para o senhor Putin seguir em frente e fazer o que as pessoas estão preocupadas que ele possa fazer”, acrescentou Biden.

No Parlamento, em Kiev, o ministro da Defesa ucraniano, Oleksiy Reznikov, advertiu que “o momento mais provável para alcançar a justa preparação para a escalada será no fim de janeiro”. Ele lembrou que a Rússia iniciou um “período de treinamento de inverno” e chegou a posicionar cerca de 100 mil militares nos arredores da fronteira. O Kremlin culpou a Casa Branca por alimentar as tensões, negou planos para uma ofensiva e confirmou que Putin e Biden manterão um contato bilateral na próxima semana. Os Estados Unidos admitiram que houve uma comunicação entre os dois países, mas não revelou a data da conversa telefônica.

“Putin está interessado em controlar a Ucrânia a fim de restaurar um tipo de União Soviética sob uma nova forma, que, sem a Ucrânia, seria impossível”, advertiu ao **Correio** o ucraniano Oleksiy Haran, professor de política comparativa da Universidade Nacional de Kiev-Mohyla. “É impossível para Putin dominar a Ucrânia. Por isso, ele usa táticas para dividir e enfraquecer o meu país. A democracia ucraniana se revela um problema para Putin, que, como

Anatolii Stepanov/AFP



Soldado ucraniano caminha por trincheira na região de Donetsk, no leste do país: risco de ofensiva de Moscou

líder autoritário, gostaria de desacreditá-la. A simples existência de um grande país democrático, do outro lado da fronteira, representa uma ameaça para o Kremlin”, concluiu.

Haran não descarta uma grande ofensiva militar, mas destaca que isso teria um custo enorme para Moscou. “Talvez vejamos uma ação de escopo limitado, como a tomada das cidades de Mariupol, de Kramatorsk ou de Khartsyzk. Isso seria perigoso para Putin, pois o Exército ucraniano se recompôs nos últimos sete anos”, explicou o especialista. Ele crê que muitos soldados russos morreriam. “Além disso, veríamos um conjunto ainda maior de sanções contra

a Rússia. Talvez Putin queira se engajar em uma guerra limitada híbrida, com a intensificação da pressão sobre a fronteira e a chantagem contra o Ocidente. Isso combinado com a crise energética e com ameaças à Europa”, avalia o ucraniano.

Lilia Shevtsova, chefe do Programa de Política Doméstica Russa do Carnegie Endowment for International Peace (em Moscou), aposta que Biden aproveitará a cúpula virtual entre ele e Putin, na próxima semana, para tentar persuadir o líder russo a recuar e prometer a participação dos EUA na resolução da crise. “Putin não quer atacar a Ucrânia. Ele pretende usá-la para obter um acordo com os EUA sobre

a agenda de segurança. Mas não sabemos se Biden está pronto para fazer concessões. Em qualquer caso, o norte-americano não pode prometer a Putin que a Otan não se expandirá”, disse ao **Correio**, por e-mail.

Turquia

Putin criticou o uso por parte do Exército ucraniano de drones militares fornecidos pela Turquia, em conversa telefônica com o homólogo turco, Recep Tayyip Erdogan. Segundo Putin, a utilização de aeronaves não tripuladas armadas do tipo Bayraktar — contra os separatistas pró-Rússia em outubro — é uma “provocação”.

Pontos de vista



Reprodução/Wikipedia

POR OLEXIY HARAN

Sinais de alerta

“É importante que o Ocidente envie sinais claros de como Moscou sofrerá, caso ataque a Ucrânia. Há um crescente apoio ao Exército ucraniano, e é importante destacar que não há forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) na Ucrânia.”

Professor de política da Universidade Nacional de Kiev-Mohyla (Ucrânia)



Reprodução/Wikipedia

POR LILIA SHEVTSOVA

Risco de escalada

“Putin usa a Ucrânia como pretexto para construir uma estrutura de segurança na Europa. Há risco de escalada de tensão. A Ucrânia tornou-se refém da ambição do Kremlin pelo grande poder.”

Especialista do Carnegie Endowment for International Peace (em Moscou)

COVID-19

Cepa ômicron circula por 38 países

A ômicron, nova cepa do Sars-CoV-2 identificada em 18 de novembro na África do Sul, está presente em 38 países e circula em transmissão comunitária na Europa e nos EUA. O alerta foi feito pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que admitiu a alta capacidade de contágio da variante. “Temos visto números crescentes da ômicron”, declarou Maria Van Kerkhove, líder técnica da covid-19 na OMS.

“A partir dos relatos prematuros que

temos visto, começando com a província de Gauteng (África do Sul), onde foi observado primeiro, e depois ao longo de diferentes províncias sul-africanas, achamos que ele (vírus) é bem infeccioso, bem transmissível, pois a África do Sul tem reportado um aumento muito rápido no número de casos. De fato, eles estão dobrando a cada dia, e isso sugere que o vírus é altamente transmissível”, disse à agência Reuters, por sua vez, Soumya Swaminathan,

cientista-chefe da OMS.

Novos países relataram, ontem, casos de transmissão local da ômicron. Nos Estados Unidos, foi confirmado um total de dez infecções, duas delas em pacientes que não haviam viajado para o exterior, indicando que as transmissões agora também são locais. Também ontem, a Austrália anunciou os primeiros três casos em Sydney. O Reino Unido identificou mais 75 pessoas infectadas pela ômicron.

Vincent Jannink/ANP/AFP



Funcionários do setor de defesa da Holanda realizam teste PCR em Almere

Conexão diplomática



silvioqueiroz.df@gmail.com

É mais do que solidariedade

Os alertas insistentes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e de outras instâncias do sistema multilateral sobre a nova onda da covid-19, causada pela variante ômicron do coronavírus, recolocam na pauta das relações internacionais o tema crucial da interdependência. Quando o avanço da vacinação parecia permitir o retorno a algum tipo de normalidade, ao menos em países que se adiantaram na aquisição e aplicação dos imunizantes, a pandemia se aproxima de completar dois anos dando sinais de que a emergência sanitária persiste — e persistirá por algum tempo mais.

Desde 2020, quando cientistas do mundo inteiro se lançaram ao esforço para desenvolver vacinas eficientes, os epidemiologistas repetem o mantra: não se trata de um “salve-se quem puder”. A experiência prática indica que o avanço desigual da imunização, em um mundo como o de hoje, põe a perder a aparente “vantagem” de quem conduziu o processo como se se

tratasse de uma corrida na qual o prêmio é de quem cruza primeiro a linha de chegada.

Não é por azar ou acidente que a Europa volta a impor restrições de circulação e contato social — e países como a Alemanha, até então com um histórico invejável no enfrentamento à pandemia, se veem às voltas com o cenário assustador dos hospitais lotados enquanto o ritmo de infecção se acelera em ritmo exponencial. Como não é acaso que a nova ameaça tenha sido identificada originalmente na África: no continente com as taxas mais baixas de vacinação, o vírus teve tempo e terreno favorável para “experimentar” mutações que o tornam agora novamente uma ameaça global.

De maneira análoga, volta à tona um debate que marcou o primeiro ano da pandemia: vencê-la é, por definição, um desafio que extrapola os poderes dos Estados nacionais e demanda gestão concertada no âmbito do sistema multilateral. Em outras palavras,

investir na imunização nos países onde ela avança lentamente é mais do que um gesto de solidariedade. É estratégia de interesse comum.

Junto e misturado

De certa maneira, mas não apenas como metáfora ou analogia, a emergência sanitária da covid-19 se apresenta como outra vertente de uma dicotomia que tem marcado as disputas políticas em democracias com graus distintos de desenvolvimento. No mundo globalizado, até onde pode ir a noção de soberania nacional — e a partir de qual ponto se impõem compromissos entre os governos para a ação conjunta?

Há menos de um mês, líderes de dezenas de países reuniram-se na Escócia para a COP26, a conferência internacional sobre as mudanças climáticas. Sintomática, a ausência de governantes de países como China, Rússia e Brasil expôs, uma vez mais, a fragilidade de medidas que não envolvam a comunidade internacional. Recolocou na baila, igualmente, um conceito basilar para a

diplomacia brasileira nas primeiras décadas do século: o da responsabilidade desigual e compartilhada de países ricos e pobres na solução de problemas com os da agenda ambiental.

Pandemia e aquecimento global, embora sigam dinâmicas próprias, são sintomas de uma mesma condição que permeia o estágio atual da civilização humana. Vivemos concentrados — ou mesmo amontoados — em grandes cidades. Paralelamente, a circulação de populações e mercadorias pelo globo se faz em ritmo incomparável com o observado, por exemplo, na pandemia da gripe espanhola, um século atrás.

Dos pontos de vista econômico e social, a globalização oferece oportunidades únicas, mas desafios igualmente inéditos.

A parte que te cabe

Fustiga desde já a curiosidade e a atenção dos observadores externos a projeção e profundidade que essa discussão poderá assumir na campanha eleitoral de 2022, no Brasil. Para ficar

no exemplo mais recente, a urgência da crise climática teve impacto decisivo na virada política consumada na Alemanha. Mais do que o retorno da centro-esquerda ao governo, após 16 anos de predomínio da democracia-cristã, as eleições de setembro consolidaram a posição dos Verdes entre os principais partidos.

Política externa tem sido tema lateral nas disputas domésticas — e não apenas em países com presença mais discreta no tabuleiro da geopolítica global. Por aqui, quando aparece, costuma ser na forma de frases de efeito destinadas a desacreditar um adversário pela associação a regimes ou personagens externos sobre os quais o grosso do eleitorado tem impressão superficial e estereotipada.

No confronto que se desenha entre o presidente Jair Bolsonaro e o ex-presidente Lula, o contexto da pandemia, a depender do seu desenvolvimento, poderá representar uma oportunidade para a discussão sobre multilateralismo ou autofirmação como opções para a inserção internacional do país. É a parte que nos cabe.